

Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000*

Joice Melo Vieira**

A transição para a vida adulta é um momento-chave do curso de vida dos sujeitos. É uma fase marcada por importantes mudanças de status, como a passagem de estudante para trabalhador, de membro dependente de um domicílio para chefe de domicílio, de solteiro para pessoa em união, de filho(a) para pai ou mãe. A partir da aplicação de uma metodologia nova, que mede mudanças na estrutura do curso de vida, desenvolvida por pesquisadores associados à IUSSP, comparou-se a transição para a vida adulta no Brasil em dois momentos, 1970 e 2000, segundo a renda domiciliar per capita, a situação de domicílio e o sexo dos indivíduos. Em síntese, a técnica – conhecida como análise de entropia de combinações de status de coortes sintéticas – consiste em construir índices que combinam a proporção de pessoas em determinada idade que frequentam escola, trabalham e formaram família, ou não. A partir dos resultados é possível identificar quando a transição para a vida adulta começa e termina, bem como quando atinge um pico. O recurso gráfico permite visualizar que, partindo de idades mais próximas à infância (quando a maioria das pessoas encontra-se em uma combinação de status bem característica: estudante, não trabalha, é membro dependente no domicílio, sem experiência conjugal e sem filhos), em direção à adolescência/juventude, em algum ponto o índice de entropia aumenta significativamente, o que evidencia mudança de status, sinalizando o início da passagem para a vida adulta. O que se explora nesse texto são as desigualdades nos marcos temporais e na extensão da transição para a vida adulta de jovens de diferentes estratos de renda, segundo o sexo.

Palavras-chave: Juventude. Transição. Renda domiciliar *per capita*. Gênero. Cor. Situação de domicílio.

Algumas considerações teóricas sobre o tema

Para entender a transição para a vida adulta, é necessário primeiro situá-la dentro de certos marcos históricos e contextuais em que ela emerge como uma questão social. É praticamente impossível discutir a transição

para a vida adulta sem esbarrar, em algum momento, com noções de periodização da vida, categorias de idade e preocupações com a estrutura do ciclo de vida, ou do curso da vida, como preferem muitos teóricos de abordagem qualitativa.¹ Enquanto a idéia de ciclo de vida traz à mente noções de continuidade sociobiológica, segundo a

* Trabalho apresentado no Seminário População, Pobreza e Desigualdade (Tema: Estrutura etária, gerações, pobreza e desigualdade), da Abep, realizado em Belo Horizonte – MG – Brasil, de 05 a 07 de novembro de 2007.

** Doutoranda em Demografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Nepo/Unicamp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

¹ Ver especialmente Debert (1998 e 1999).

qual o indivíduo nasce, cresce, reproduz-se e morre, seguindo um *script* que se repete de geração em geração, a idéia de curso da vida se traduz na apreensão da vida como um fluxo, um movimento que se renova. Enquanto a melhor analogia do ciclo de vida talvez seja a de um círculo que se fecha, a melhor representação do curso da vida são rotas, ou “trajetórias”, como diria Motta (1998). Na atualidade, a experiência humana ao longo do tempo de vida torna-se mais complexa e plural. É como se o *script* tivesse que ser reeditado, quando não totalmente reescrito.

Mudanças sociais e econômicas, especialmente as motivadas pelos processos de industrialização e urbanização, aliadas às mudanças demográficas² e na vida familiar, estão no cerne de várias explicações sobre como o ciclo de vida é segmentado e de que maneira novos estágios da vida são criados.

A racionalização sobre o ciclo da vida e o reconhecimento da existência de seus distintos estágios, nos quais os indivíduos seriam dotados de diferentes habilidades físicas e cognitivas, impondo necessidades específicas de acordo com a idade, é uma formulação produzida na Europa, no final do século XVIII, que se desenvolveu e se propagou pelo mundo ao longo do século XIX com os avanços empreendidos pelas ciências comportamentais e médicas (HAREVEN, 1999). Já no século XX, muito do conhecimento teórico-científico sobre as fases da vida, seus dilemas, vantagens e desafios se popularizou graças aos meios de comunicação de massa e políticas públicas voltadas para determinados segmentos etários: escolas para crianças, frentes de trabalho para adultos e aposentadoria para idosos, são alguns exemplos.

É válido lembrar que a idade cronológica nem sempre foi um critério tão relevante e legítimo de organização social e fixação de direitos e deveres. Como esclarece Debert (1999, p.73):

[A história das sociedades ocidentais contemporâneas] estaria marcada por três

etapas sucessivas, em que a sensibilidade investida na idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade em que a idade cronológica seria menos relevante do que o status da família na determinação do grau de maturidade e no controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário.

Parte dos estudiosos afirma que foi com a modernização das sociedades, especialmente com a industrialização, que houve a padronização e individualização do curso de vida e, por conseguinte, da transição para a vida adulta. A tese da padronização argumenta que, com o advento da industrialização, a organização da sociedade passou paulatinamente a se basear em indivíduos, e não em famílias e comunidades (BILLARI, 2001; FUSSELL, 2006). Na prática, isso significa que instituições como a escola, o mercado e o Estado agem diretamente sobre indivíduos classificados por idades. Contudo, essa tendência à padronização e à individualização seria constantemente complicada por flutuações econômicas, eventos históricos ou desigualdades de gênero, raça e classe dentro de um mesmo grupo geracional (SHANAHAN, 2000).

Peralva (1997) ressalta que é na era industrial que o Estado assume, de modo sistemático, numerosas dimensões de proteção ao indivíduo, entre as quais se destaca a defesa da escolarização universal e obrigatória. A difusão da escolarização teve o poder de separar, como nunca se viu antes, as crianças, definidas como indivíduos em formação, dos adultos. Enquanto o jovem aprendiz convivia com pessoas de diversas faixas etárias, o estudante tem em geral uma experiência completamente distinta. Refletindo sobre o que informa esta autora, observa-se que o ensino seriado transmite justamente a idéia de uma escala, na qual existe uma correspondência idade-série que segue uma direção linear. Não por acaso, o indivíduo que completa os estudos é considerado *formado*, em contraste direto com a imagem das crianças ou

² Entre as mudanças demográficas destacam-se a queda da mortalidade e da fecundidade e o aumento da expectativa de vida.

adolescentes, classificados como indivíduos em formação.

Aliás, a literatura especializada tem chamado a atenção para a relação existente entre a universalização do ensino público e a consolidação da adolescência e da juventude enquanto estágios da vida socialmente reconhecidos (SETTERSTEN Jr.; FURSTENBERG; RUMBAUT, 2005), bem como para a relação entre o aumento do tempo de formação escolar e o prolongamento da juventude (ARRUDA, 2004; MELLO, 2005; MADEIRA, 2006). A principal justificativa para estes fenômenos é que, ao longo do século XX, os requisitos para a conquista da condição plena de adulto tornaram-se cada vez mais complexos, de modo que foram sendo legitimadas etapas intermediárias entre a infância e a vida adulta.

É válido lembrar que, obviamente, a modernização e a industrialização não ocorreram simultaneamente em todos os países. Mas dentro de uma esquematização, o curso de vida típico da era industrial estava segmentado idealmente em três compartimentos estanques: o período em que a preocupação única era a educação (associada à infância e adolescência); aquele em que a centralidade da existência era o trabalho (associado à vida adulta); e por fim a aposentadoria (vinculada à velhice). Assim, pessoas de diferentes idades vivenciavam necessariamente diferentes experiências, enquanto provavelmente havia maior homogeneidade intragrupo etário. Esse esquema é um desdobramento da forma como o tempo passa a ser percebido. De acordo com Melucci (1997), nas sociedades modernas, o tempo perde a vinculação com a natureza para ser associado a uma máquina (o relógio), que converte o tempo em uma medida objetiva, universal e dotada de uma direção, uma orientação linear voltada para um fim específico (seja o progresso, o desenvolvimento ou a revolução).

No final do século XX e início do XXI, a economia capitalista industrial cedeu lugar à economia globalizada. Fala-se na emergência de sociedades pós-modernas, que de certa forma subvertem a ordem intrínseca ao momento anterior. A própria percepção

do tempo também se altera sob a lógica da simultaneidade, do instantâneo, do virtual e do real. Isso abala os velhos fundamentos de continuidade, linearidade e seqüência previsível dos eventos ao longo do curso da vida. A educação continuada passou a ser uma exigência do mercado e a aposentadoria também deixou de ser sinônimo de inatividade, de tal modo que há sobreposição entre educação, trabalho e aposentadoria (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006). Pessoas de diferentes idades podem estar expostas à mesma experiência, bem como cresce a possibilidade de experiências distintas entre pessoas de um mesmo grupo etário. Cogita-se que a era pós-moderna traz consigo a *despadronização* do curso de vida, ou seja, maior heterogeneidade intragrupo etário. Se antes a condição de estudante estava relacionada às crianças dependentes de seus pais, que idealmente não trabalhavam, e a imagem do trabalhador era a do chefe de família com esposa e filhos e que encerrou sua carreira educacional, hoje essas combinações de *status* escolar, ocupacional e conjugal se misturam, se confundem e levam a uma ampla gama de outras possibilidades. Um maior número de combinações desses *status*, abertas a pessoas de uma mesma idade, evidencia a heterogeneidade intragrupo etário. Quanto maior a heterogeneidade de combinações realizáveis, maior é a complexidade do curso de vida e mais difícil se torna vislumbrar um padrão etário rígido.

Algumas ponderações sobre população jovem brasileira em 1970 e 2000

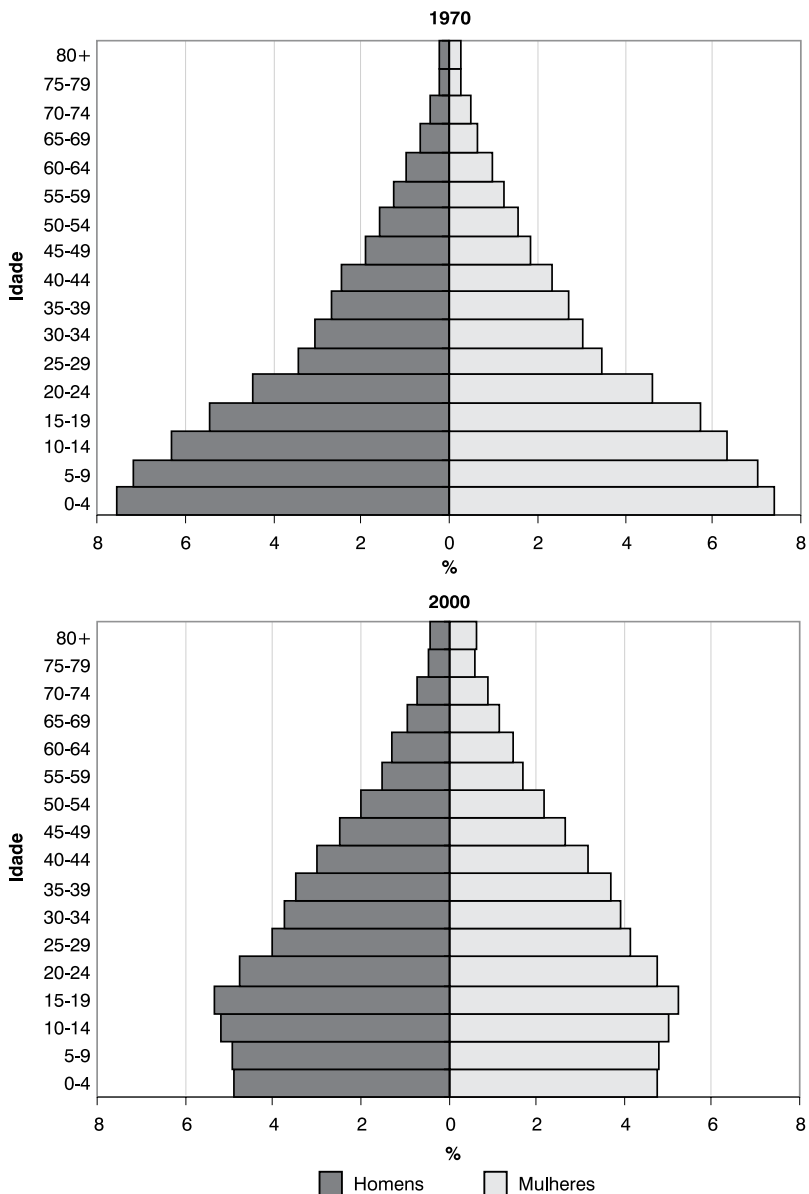
Do ponto de vista demográfico, a população brasileira mudou significativamente entre 1970 e 2000. Apesar da queda da fecundidade, em termos absolutos houve expressivo crescimento populacional. O Brasil possuía, em 1970, um pouco mais de 94 milhões de habitantes. Em 2000, esse contingente já era de aproximadamente 170 milhões de pessoas. A taxa de urbanização, que era da ordem de 55% em 1970, ultrapassou o patamar de 80% em 2000. Mas talvez a mudança mais importante ocorrida durante esses trinta anos, e que impõe mais

desafios, é aquela verificada na estrutura etária da população.

Como se pode observar nas pirâmides etárias (Gráfico 1), entre 1970 e 2000, diminuiu a proporção de pessoas com menos de 15 anos, tal como já foi documentado

extensamente na bibliografia dedicada aos estudos populacionais. O estreitamento na base da pirâmide pode, sob certo prisma, ser considerado um dado demográfico favorável a investimentos concentrados em educação, uma vez que se poderia imagi-

GRÁFICO 1
Pirâmide etária, por sexo
Brasil - 1970-2000



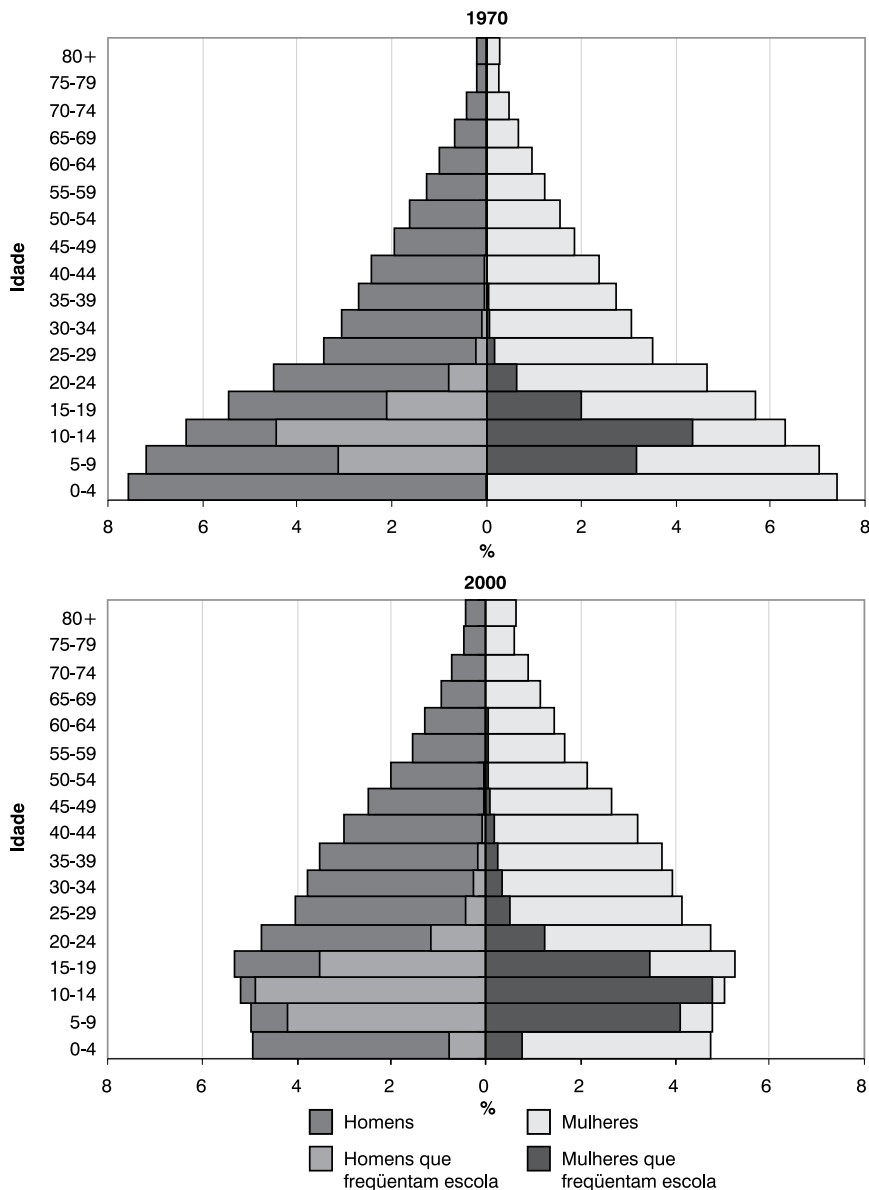
Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censos demográficos 1970 e 2000. Elaboração própria.

nar que uma menor proporção de jovens a serem educados deslocaria o foco das políticas educacionais da preocupação com a quantidade, para a qualidade do ensino, da atenção focada nos níveis elementares de educação pré-escolar e de alfabetiza-

ção, para níveis mais elevados do sistema educacional.

O Gráfico 2 atesta que houve clara melhoria quanto ao acesso ao sistema educacional não só nas idades de escolarização obrigatória (7-14 anos), mas também na

GRÁFICO 2
Pirâmide etária e pessoas que freqüentam escola, por sexo
Brasil – 1970-2000



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censos demográficos 1970 e 2000. Elaboração própria.

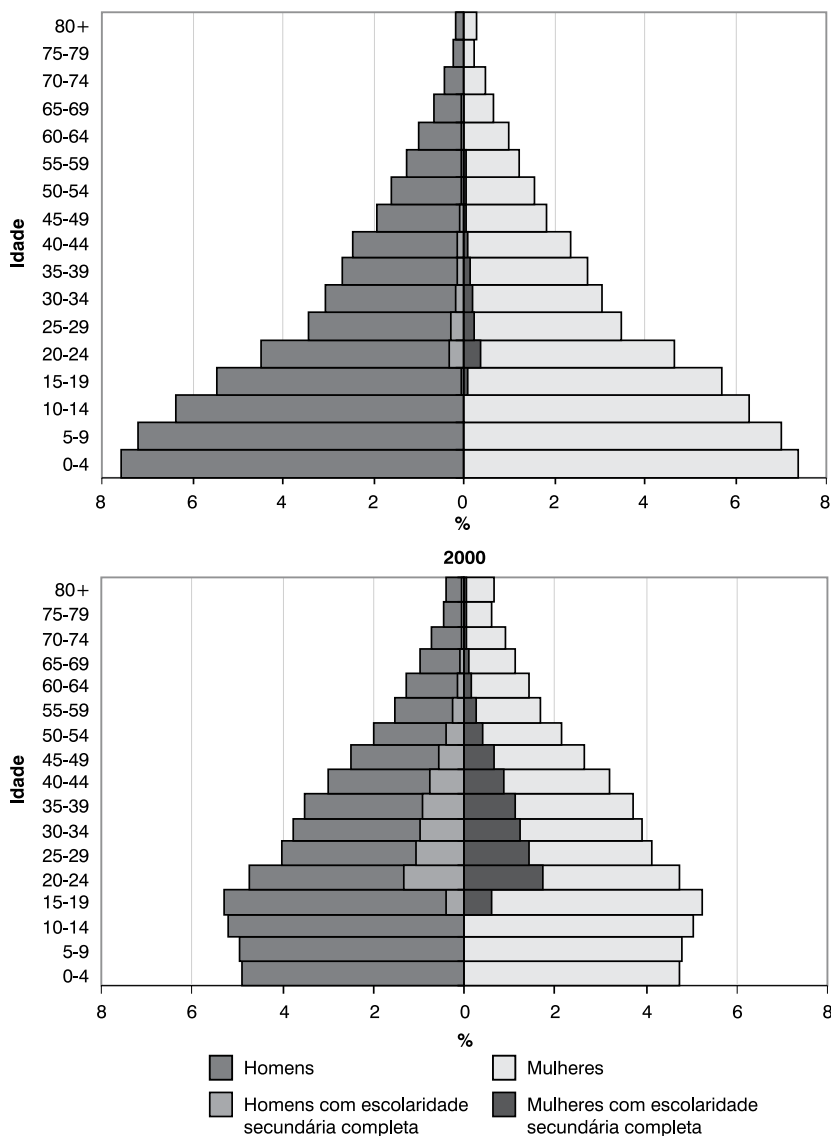
faixa etária contígua de 15 a 19 anos e, em menor grau, no grupo de 20 a 24 anos.

Como visto anteriormente, mudanças na transição para a vida adulta e especialmente o prolongamento da juventude são associados ao aumento da duração do período de formação educacional com o

objetivo de adquirir as credenciais exigidas pelo mercado de trabalho em tempos de economia globalizada.

Além da ampliação do acesso ao sistema educacional, verifica-se, através do Gráfico 3, que houve um expressivo crescimento da população que concluiu a

GRÁFICO 3
Pirâmide etária e pessoas com escolaridade secundária completa ou mais, por sexo
Brasil – 1970-2000



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censos demográficos 1970 e 2000. Elaboração própria.

escola secundária ou foi além dela, transcorridos os trinta anos que separam os dois censos demográficos. Contudo, apesar de ser visível o relativo progresso alcançado pela educação no Brasil, considerando que a maioria das atividades criadas pela economia globalizada demanda ao menos formação secundária completa, é frustrante constatar que ainda é pequena a proporção de brasileiros com reais chances de competir por vagas no mercado formal de trabalho, que atualmente requer maior qualificação. Mas vejamos o que ocorreu ao curso de vida e, particularmente, à transição para a vida adulta dos brasileiros em tópicos subseqüentes.

Metodologia: a análise de entropia de combinações de *status* de coortes sintéticas

A entropia é um conceito cunhado pela termodinâmica que, gradativamente, foi sendo apropriado por outras áreas do conhecimento, entre elas a Economia e as Ciências da Informação. Nas Ciências Sociais, esse conceito é introduzido por Theil (1972) com o objetivo de produzir indicadores que subsidiassem a explicação de processos sociais.

Embora o cálculo do índice de entropia geral sofra poucas alterações nas diferentes áreas de investigação nas quais foi empregado, o significado a ele atribuído depende ora da abordagem do investigador, ora da natureza do objeto de pesquisa. Baseado na natureza do objeto de pesquisa ou na abordagem do investigador, a entropia pode ser apresentada como uma medida de *desordem* de um sistema ou como uma medida de *transformação*. No caso da transição para a vida adulta, a entropia funciona como uma medida de transformação, uma vez que mensura o câmbio de *status* de adolescentes e jovens. Vale registrar que a própria etimologia da palavra reafirma este segundo significado de algo em transformação, pois o termo entropia deriva do grego *em* (em) e *trope* (transformação) (COLOVAN, 2004, p. 14).

A análise de entropia é uma técnica de decomposição, isto é, dada uma totali-

dade, reconstroem-se as componentes que formam o todo, de maneira que a entropia capta o quanto esse todo está segmentado internamente. Por esse prisma, a entropia mede a heterogeneidade interna do grupo social ou de qualquer outro objeto em estudo. Há os que consideram que uma maior heterogeneidade representa intensa transformação, enquanto outros preferem traduzi-la como caos ou desordem. Todavia, em ambas as leituras, quanto maior entropia, maior é a complexidade de um fenômeno.

A aplicação e a interpretação dos resultados da técnica apresentada neste texto são baseadas no artigo de Fussell (2006), que foi o primeiro trabalho a usar a análise de entropia no estudo da transição para a vida adulta a que tivemos acesso. Um estudo posterior (FUSSELL; EVANS; GAUTHIER, 2006), em que os autores reafirmam o potencial da técnica para sumarizar diferentes modelos de transição para a vida adulta ao longo do tempo e estabelecer comparações internacionais, podendo-se inclusive utilizá-la para descrever o processo de transição em países em desenvolvimento, motivou-nos ainda mais a tentar aplicá-la ao caso brasileiro.

A técnica proposta consiste em calcular medidas de entropia a partir de combinações de *status* (estudante, trabalhador, chefe de domicílio, cônjuge) por idade específica, assumindo os dados do censo como compondo uma coorte sintética. Uma das maiores vantagens dessa técnica é justamente permitir a análise do processo de transição para a vida adulta contando-se unicamente com dados censitários, já que para países em desenvolvimento não há pesquisas longitudinais específicas sobre a transição para a vida adulta. Do ponto de vista de seu potencial explicativo, a técnica serve para medir diferenças no *timing* da transição para a vida adulta ao longo do tempo, pela comparação de duas ou mais coortes sintéticas tomadas de uma seqüência de levantamentos censitários, ou de dois censos que retratam momentos históricos distintos. Além disso, viabiliza a comparação do processo de transição para a vida adulta entre subgrupos de uma

mesma coorte sintética, mediante a exploração de clivagens fundadas no sexo, na situação de domicílio (rural ou urbano), na renda, na raça, entre outras segmentações que as informações dos censos envolvidos na análise permitirem.

Todo o raciocínio baseia-se na utilização do índice de entropia geral de Theil (1972):

$$E_x = \sum_s p_{s,x} * \ln (1/p_{s,x})$$

onde, S indica uma determinada combinação de *status* a uma idade x e p_s é a proporção da população desta idade no estado s .

O cálculo da entropia é obtido pelo produto da proporção da população da idade x no estado considerado pelo *log* natural da probabilidade inversa da combinação de *status* particular, nossa p_s . A somatória de todas as medidas assim construídas, considerando cada combinação de *status* possível para a população de uma dada idade específica, resulta em um número: o índice de entropia geral, que indica o grau de heterogeneidade das combinações de *status* àquela determinada idade (FUSSELL, 2006, p. 9).

A amplitude do índice de entropia geral varia de 0, quando há perfeita homogeneidade (ou seja, todos os indivíduos estariam concentrados em uma única combinação de *status*) até a entropia máxima (máxima heterogeneidade, situação na qual haveria exatamente o mesmo número de indivíduos em cada uma das combinações de *status* possíveis). O valor numérico da entropia máxima depende de quantos *status* estão sendo combinados, já que no cálculo da entropia máxima é preciso conhecer o número total de combinações de *status* possíveis:

$$E_{max} = \sum (1/C_s) * \ln [1/(1/C_s)]$$

sendo, E_{max} a entropia máxima e C_s o número total de combinações de *status* possíveis.

Para que o índice de entropia se torne uma grandeza de mais fácil compreensão, Fussell sugere que ele seja transformado em uma porcentagem da entropia máxima. Quanto mais próximo de 100% (entropia máxima), maior é a dispersão dos indivíduos em diferentes combinações de *status*. Uma

entropia seria de 100% se todas as possibilidades de combinações de *status* fossem encontradas empiricamente e se em cada uma dessas combinações houvesse um mesmo número de indivíduos. Inversamente, quanto mais próximo de zero é o índice, mais os indivíduos estão concentrados em algumas poucas combinações de *status*, havendo, por conseguinte, uma estrutura mais rígida de papéis assumidos por grande parte das pessoas àquela idade.

Calculando-se os índices de entropia por idade específica conforme foi descrito anteriormente e, a partir desses resultados, construindo um gráfico simples de linhas, é possível identificar quando a transição para a vida adulta começa e termina, bem como quando atinge um pico. O recurso gráfico permite visualizar que, partindo de idades mais próximas à infância (quando a maioria das pessoas encontra-se em uma combinação de *status* bem característica: estudante, que não trabalha, é na maioria das vezes dependente de um dos pais ou de ambos, nunca teve uma experiência conjugal e não tem filho), ao longo dos anos que compõem a adolescência, em algum ponto o índice de entropia aumenta significativamente, o que evidencia que as pessoas estão mudando de *status* e, portanto, há novas combinações de *status*. Essa idade, na qual boa parcela das pessoas escapa da combinação típica da figura do estudante-filho-dependente, marca o início do período de transição para a vida adulta. Analogamente, idades nas quais o índice de entropia cai ou relativamente estabiliza-se são consideradas o fim do período de transição.

Dados: censos brasileiros de 1970 e 2000

Os dados censitários considerados na presente análise foram extraídos do IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International (2002), concebido e administrado pelo Minnesota Population Center da Universidade de Minnesota. A decisão de utilizar esses dados, em vez de resgatar aqueles fornecidos pelo IBGE, baseou-se no critério de agilidade e facilidade, pois os dados fornecidos pelo IPUMS poupam uma

boa parcela do trabalho de compatibilização e harmonização das informações provenientes de dois ou mais censos do Brasil ou de qualquer outro país considerado.

Para os propósitos do cálculo do índice de entropia descrito anteriormente, foram utilizadas cinco variáveis presentes na base do IPUMS, que refletem quesitos censitários relacionados à transição para a vida adulta (Quadro 1).

A decisão por trabalhar com os dados censitários de 1970 e 2000 certamente não foi arbitrária. Assumiu-se como pressuposto que o espaçamento de 30 anos constitui tempo suficiente para se poder falar não apenas em termos de experiências de coortes distintas, mas também de gerações, uma vez que é bastante plausível imaginar que parte dos jovens descritos pelo censo de 1970 são pais dos jovens de 2000. Outro aspecto que vale sublinhar é que os cenários socioeconômico e político-cultural mudaram significativamente neste intervalo, ainda que não caiba detalhar todo este processo nesta ocasião.

Entre os anos 50 e o final da década de 70, o Brasil passou por um processo intenso de urbanização e modernização econômica, com profundas mudanças estruturais (MADEIRA, 1986; FARIA, 1991). Trata-se de um período caracterizado por elevadas taxas de crescimento econômico, que costuma ser lembrado como um marco

na história nacional, por ser ponto de mutação da sociedade brasileira – até então, uma sociedade de economia e valores rurais – que rapidamente se transforma e se assemelha a uma sociedade urbano-industrial complexa, na qual se acirram a pobreza e a desigualdade.

Durante os 30 anos que separam os dois levantamentos censitários, a metamorfose em direção a uma sociedade cada vez mais urbanizada foi acompanhada, entre outras coisas, por uma tendência à concentração de renda, pelo crescimento do acesso à escolarização e pela progressiva entrada das mulheres na força de trabalho, o que alterou radicalmente o papel social feminino, podendo-se presumir, conseqüentemente, que isso teve impacto sobre o curso de vida feminino. À luz desta colocação, isolaram-se diferentes grupos de jovens, segundo o sexo, de acordo com:

- a situação de domicílio – residente em área rural ou urbana;
- o rendimento domiciliar *per capita* – se membro da camada de baixa renda (os 20% mais pobres), da camada de alta renda (os 20% mais ricos) ou das camadas médias (os demais).

A análise que se segue busca explorar eventuais diferenças no início do curso de vida adulta desses subgrupos jovens, comparando os índices de entropia por eles

QUADRO 1
Apropriação de quesitos para fins de análise combinatória

Quesitos da base do IPUMS	Status na transição para a vida adulta
SCHOOL (<i>school attendance</i>): indica se a pessoa freqüentava escola na data do censo ou em algum período específico de tempo anterior ao censo.	Status educacional: estudante <i>versus</i> não-estudante (indicativo de término, interrupção ou abandono da formação escolar).
EMPSTAT (<i>employment status</i>): indica se a pessoa fazia parte da força de trabalho – trabalhando efetivamente ou procurando trabalho – em um período de tempo específico fixado pelo censo.	Status ocupacional: trabalhador <i>versus</i> não-trabalhador (indicativo de dependência econômica).
RELATE (<i>relationship to household head</i>): descreve a relação do indivíduo com o responsável pelo domicílio.	Status residencial: dependência <i>versus</i> autonomia residencial (se o jovem ocupa a posição de responsável pelo domicílio ou de cônjuge, caracteriza a autonomia residencial).
MARST (<i>marital status</i>): descreve o status marital corrente de acordo com as leis ou costumes do país. Pessoas casadas ou em união consensual estão enquadradas indistintamente em uma mesma categoria.	Status conjugal: esteve/está em união <i>versus</i> nunca esteve unido(a).
CHBORN (<i>children ever born</i>): número de filhos que cada mulher teve até a data do censo.	Status parental: iniciou a constituição de prole <i>versus</i> nunca teve filhos.

Fonte: Documentação de variáveis, IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International, 2002. Elaboração própria.

alcançados em um mesmo ano censitário. A clivagem segundo a renda e a situação de domicílio permitirá testar a hipótese de que jovens pertencentes a segmentos sociais de maior renda e aqueles inseridos no meio urbano, onde a variabilidade de estilos de vida é maior e o acesso ao sistema educacional é mais difundido, teriam a duração do período de transição para a vida adulta mais dilatada do que os jovens residentes no meio rural, ou oriundos de estratos de baixa renda. Intuitivamente, pode-se considerar essa hipótese verdadeira. Mas o que esta análise pretende de certo modo é, existindo essa diferença de duração, medi-la objetivamente. Um segundo passo é detectar as similaridades e diferenças do comportamento de cada subgrupo tomado isoladamente nos dois marcos temporais considerados. Infelizmente, o censo de 1970 não contemplou a variável cor/raça. Contudo, dada a importância de que se reveste este tema na atualidade e o uso corrente das informações sobre cor/raça na formulação de políticas públicas para juventude, a exemplo das políticas de quota nas universidades, foram efetuados os mesmos cálculos considerando-se dois grupos raciais – brancos e negros (pretos e pardos, segundo a terminologia empregada pelo IBGE). O objetivo, neste caso, era visualizar se as diferenças na combinação e mudança de *status* (educacional, ocupacional, residencial e familiar) entre brancos e negros, ao longo dos anos de transição para a vida adulta, seriam ou não maiores do que aquelas entre os mais ricos e os mais pobres.

Resultados e discussão

Atualmente, a população definida como jovem no Brasil é aquela com idades entre 15 e 29 anos.³ Com o intuito de melhor captar a singularidade desta faixa etária ampla, calculou-se o índice de entropia por idade simples, considerando-se uma certa margem acima e abaixo destas idades, a fim de verificar a existência de algum contraste

com outras fases da vida. Assim, os cálculos foram feitos para a população de 13 a 44 anos. O limite inferior justifica-se porque os 13 e 14 anos ainda são idades em que a frequência à escola é obrigatória e não se pode ingressar formalmente no mercado de trabalho, segundo a legislação vigente em 2000. Esse mesmo marco etário inicial é mantido para 1970 por razões óbvias de comparabilidade. Logo, o esperado, ao menos para 2000, é que aos 13-14 anos haja maior concentração de indivíduos em algumas poucas combinações de *status*, sendo a maioria dos adolescentes ainda estudante, dependente e vivendo com os pais, o que deverá se traduzir em índices de entropia mais baixos do que em qualquer outra fase da vida. À medida que os jovens mudam de *status* e assumem papéis adultos, o índice deve subir, atingindo um valor máximo quando houver o maior número de possibilidades de combinações de *status* observado empiricamente. Isto é, quando, ao lado da possibilidade de ser estudante-dependente-solteiro-sem filhos, houver outras opções que igualmente descrevem o perfil do jovem àquela idade: mãe-estudante-trabalhadora-residindo com a família de origem, trabalhador-residindo com a família de origem, etc.

Já o limite etário superior fixado em 44 anos para esta análise levou em conta que deveria ser assegurado um leque etário suficientemente amplo que permitisse delinear o momento do curso da vida em que os índices de entropia se estabilizam ou caem mais lentamente. Essa queda ou estabilização é tomada como indício de que uma determinada coorte sintética alcançou a vida adulta, ao menos do ponto de vista dos *status* e aquisição de papéis tradicionais da vida adulta.

Primeiramente, foram comparadas as diferenças no *timing*⁴ da transição para a vida adulta entre subgrupos segmentados pelo sexo e pela situação de domicílio, mas pertencentes a uma mesma coorte.

³ Desde 2006, a Secretaria Nacional de Juventude (responsável pela articulação de programas e projetos do governo federal) decidiu estender a faixa etária de sua população-alvo, que era de 15 a 24 anos, para 15 a 29 anos. Ver **Guia de Políticas Públicas de Juventude** (2006) e Novaes et. al. (2006).

⁴ Entende-se por *timing* da transição o momento em que as mudanças de *status* se tornam mais intensas e freqüentes para uma determinada coorte.

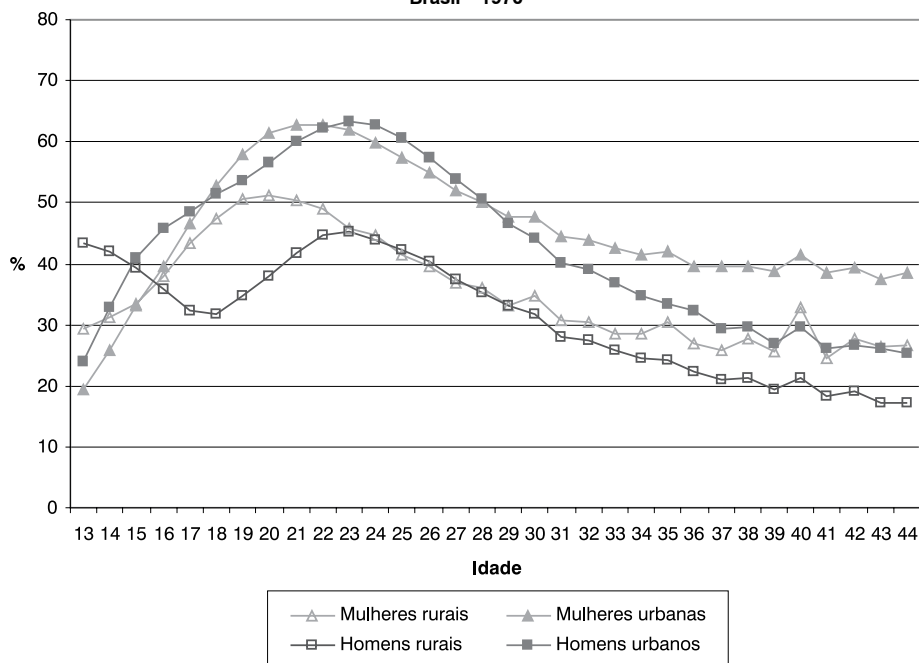
O Gráfico 4 retrata importantes diferenças entre as formas como os cursos de vida feminino e masculino estavam estruturados em 1970, bem como os ritmos distintos da transição para a vida adulta, segundo a situação de domicílio.

Já nas primeiras idades (13-14 anos), chama a atenção que os índices de entropia encontrados para jovens residentes em áreas urbanas são substancialmente menores do que aqueles de seus congêneres residentes em áreas rurais. Isto ocorre porque tanto meninos quanto meninas residentes em áreas urbanas aderem mais ao perfil de estudante, fora da PEA⁵ e sem autonomia residencial. O que faz com que tanto no meio rural quanto no urbano os índices de entropia sejam menores para mulheres do que para os homens, por volta dos 13-14 anos, é que, nesta idade, há um menor número de combinações de *status* possíveis para elas.

Nesta fase, a maioria das meninas é apenas estudante, ou, mesmo que não estude, tem menores chances de estar trabalhando. Pode-se observar no gráfico que os índices de entropia são maiores para os meninos urbanos de 13 a 17 anos do que para as meninas urbanas, isso porque, em 1970, era mais freqüente encontrar meninos que já detinham o *status* de trabalhador. As possibilidades reais de diferentes combinações de *status* eram mais numerosas entre os meninos do que para as meninas, por isso o ponto de partida do índice é mais elevado entre os garotos.

Ainda sobre o Gráfico 4, é visível o quanto o padrão da curva referente aos homens rurais destoa de modo mais acentuado em relação às outras curvas. Enquanto em todos os subgrupos o índice de entropia segue uma tendência de crescimento à medida que aumenta a idade dos ado-

GRÁFICO 4
Índice de entropia, segundo sexo e situação domiciliar
Brasil – 1970



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censo Demográfico 1970. Elaboração própria.

⁵ PEA – População Economicamente Ativa, isto é, o contingente populacional de “pessoas ocupadas (PO) e de pessoas em situação de desemprego (PD)” (DEDECCA 1998, p. 97).

lescentes, no caso dos garotos rurais o índice se reduz. A explicação para isso é que, enquanto a tendência nas idades referentes à adolescência é de que os jovens se dispersem nas mais diferentes combinações de *status*, o contrário se verifica entre os rapazes das áreas rurais, onde a tendência é se concentrarem em uma única combinação: aquela de trabalhador, solteiro e membro de domicílio no qual não é o principal responsável. Além disso, os meninos rurais são, em 1970, os que menos se inserem no ambiente escolar e os primeiros que o deixam. Deve-se considerar também que essa queda circunda a idade de prestação do serviço militar obrigatório.

Outro aspecto que merece destaque é que o ápice da transição para a vida adulta ocorre mais cedo entre as mulheres do que para os homens, independente da situação de domicílio. Verifica-se que o auge da transição para esta coorte, ou seja, a idade em que há maior heterogeneidade de combinações de *status* intragrupo (sinal de que as pessoas estão cambiando da posição de filhos-estudantes-dependentes para a de trabalhadores-cônjuges-independentes) ocorre, em 1970, aos 20 anos para as mulheres rurais e entre 21 e 22 anos para as urbanas. Já para os homens, seja para os residentes em áreas rurais ou urbanas, o auge da heterogeneidade se dá aos 23 anos. Depois de atingir esse ápice, em que a coorte parece estar em um estado de alta efervescência de câmbio de *status*, o índice de entropia cai, dada a tendência de os indivíduos novamente se concentrarem em uma mesma combinação de *status*. Em 1970, mais de 75% dos homens rurais se enquadram na categoria de trabalhador-marido-chefe de domicílio aos 30 anos. Essa mesma categoria assume tal representatividade para os homens urbanos mais tarde, aos 33 anos.

Empiricamente, o curso de vida feminino revela-se mais complexo, especialmente nas áreas urbanas. Observa-se que entre essas mulheres o índice de entropia não diminui para níveis tão baixos quanto nos demais subgrupos. Isto revela que o subgrupo das mulheres urbanas é aquele que se mostra mais heterogêneo, comportando

múltiplas possibilidades de combinações de *status*. O fator que mais contribui para a heterogeneidade do subgrupo das mulheres urbanas é estar ou não inserida no mercado de trabalho.

Em 1970, enquanto as mulheres rurais se concentravam majoritariamente na categoria de esposa/donas-de-casa – aos 27 anos, 54% delas eram mães, cônjuges e estavam fora da PEA –, a realidade das mulheres urbanas já comportava outras possibilidades. Encontram-se entre elas combinações de *status* que são mesmo inexistentes em outros subgrupos, denotando que elas devem ter experimentado estilos de vida alternativos antes dos demais. De qualquer forma, por volta dos 30 anos, os índices de entropia por idade simples já caem substancialmente se comparados ao ápice de cada curva em particular, mantendo o ritmo de queda ou de relativa estabilização, quando comparados às idades mais jovens. Isso é indicativo de que a fase de ebulição, de trânsito de *status*, desacelera caracterizando o fim da transição para a vida adulta da respectiva coorte.

O Gráfico 5 apresenta os índices de entropia segundo o sexo e a situação de domicílio em 2000. Se comparado ao Gráfico 4, verifica-se que, para 2000, as curvas delineadas para os subgrupos em estudo possuem um comportamento mais regular e uniforme do que aquele encontrado para 1970. É nítido que ainda se mantêm diferenças importantes segundo as clivagens por sexo e situação de domicílio. Contudo, o padrão das curvas é muito mais semelhante em 2000 do que em 1970, especialmente se respeitada a segmentação apenas por sexo. Isto é, de certo modo – atentando-se estritamente para os critérios de combinação de *status* significativos para a aquisição de papéis adultos –, em 2000, o curso de vida no meio rural está mais parecido com aquele do meio urbano, quando comparado ao que se observava em 1970.

Nas primeiras idades (13-14 anos), nota-se que o índice de entropia parte de níveis mais baixos do que em 1970. Isto, porque houve em todos os subgrupos um aumento da proporção de adolescentes que atendem ao perfil de estudante-filho depen-

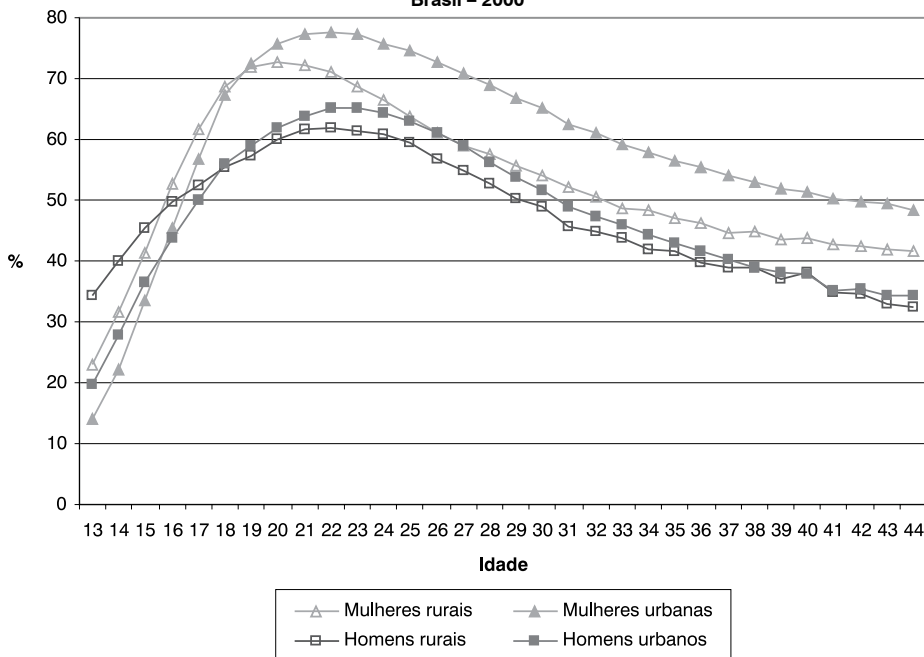
dente e fora da PEA. Esta mudança denota que houve, para os mais jovens, certa convergência no processo de transição, algo que se deve em grande medida à expansão e à massificação do sistema educacional. É óbvio que nada pode ser dito sobre a qualidade e o nível escolar alcançado por esses jovens, mas é possível afirmar que a experiência de ser estudante-filho dependente e estar fora da PEA torna-se mais universal. Por outro lado, os garotos do meio rural continuam tendo um perfil mais heterogêneo do que os outros adolescentes, sendo a característica de trabalhar ou não o fator que mais produz diversificação de experiências nesse grupo, fazendo com que assuma os índices de entropia mais elevados entre os 13 e os 15 anos, se comparado aos demais subgrupos das mesmas idades.

Em 2000, não se observa queda do índice para os meninos ao redor dos 18 anos. Esse dado é consistente com a restrição de gastos das forças armadas. Apesar do serviço militar continuar obrigatório, muitos jovens são dispensados de cumpri-lo.

Tal como ocorria em 1970, o ápice do processo de transição para a vida adulta, entendido como a fase de maior efervescência de mudanças de *status* de uma coorte tomada no seu conjunto, acontece em idades mais precoces entre as mulheres do que para os homens. Além disso, ocorre primeiro no meio rural do que no urbano. Um dado importante é que, apesar da maior escolarização, as idades em que o índice de entropia alcança os valores mais altos, revelando a intensificação das mudanças de *status*, não se alteraram ou alteraram-se muito pouco entre 1970 e 2000. A idade em que se encontra maior heterogeneidade de *status*, em 2000, continua sendo aos 20 anos, para as moças de áreas rurais, e aos 22 anos, para os rapazes do meio rural, com a antecipação de um ano neste último caso. No meio urbano, passados 30 anos, as mudanças foram mais sensíveis para as mulheres. O auge da heterogeneidade de *status* ocorre aos 22 anos para elas e aos 22-23 anos para eles.

Um dado interessante é que, em 1970, apenas as mulheres urbanas mantinham o

GRÁFICO 5
Índice de entropia, segundo sexo e situação domiciliar
Brasil - 2000



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

índice de entropia em patamares elevados (próximos ou acima de 40% da entropia máxima) aos 30 anos e mais. Em 2000, todos os subgrupos se mantêm acima desse patamar, mesmo depois de completados os 30 anos de idade. É um indicio de que o curso de vida tornou-se mais complexo para todos. Muitas outras possibilidades que escapam às combinações tradicionais de homem-trabalhador-chefe de família e de mulher-mãe-esposa-fora da PEA ao final dos 20 anos e início dos 30 tornam-se reais, passíveis de serem encontradas empiricamente. Não se tem aqui a pretensão de se fazer nenhum julgamento de valor, mas a complexificação do curso de vida se deve tanto a mudanças no ritmo e no momento de formação de família quanto às maiores chances de homens – tanto quanto já ocorria com as mulheres no passado – estarem fora do mercado de trabalho em idades consideradas adultas.

A coorte de 2000 não só realiza um maior número de combinações de *status* possíveis, e por isso suas curvas possuem níveis mais altos, como se conserva dispersa em diferentes combinações em idades muito acima daquelas circunscritas à juventude. Isto é prova de que a instabilidade, antes própria da juventude, de fato se espalhou e transcende a própria juventude. Praticamente todos os *status* têm contribuído para essa maior heterogeneidade, especialmente os relacionados à independência residencial, à inserção na PEA e ao fato de ter ou não experiência de viver em união.

Por outro lado, ainda é verdade que o curso de vida no meio rural segue sendo mais rigidamente estruturado do que no meio urbano. Se na adolescência é mais comum o jovem da área rural ter responsabilidades adultas quanto à atividade econômica, fazendo com que inicialmente apresente índices de entropia mais elevados, para todas as idades subseqüentes seus índices de entropia são mais baixos do que no meio urbano, porque se observa uma tendência mais forte de concentração dos indivíduos em poucas combinações de *status*.

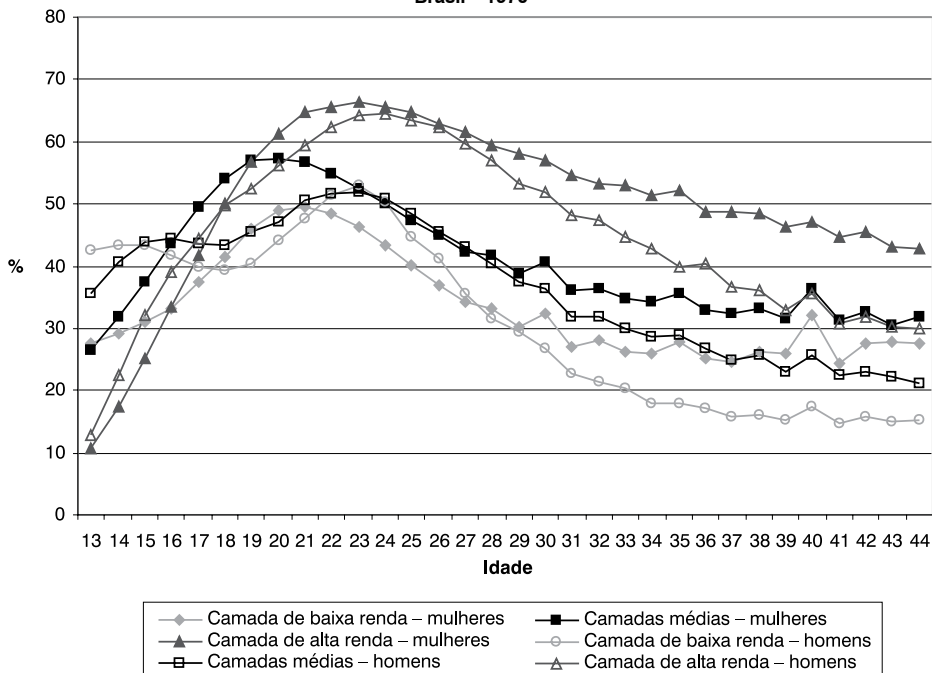
Se a segmentação da população em análise por sexo e situação de domicílio

já fornece algumas pistas importantes sobre o que ocorreu à transição para a vida adulta e a uma parte significativa do curso de vida adulta, os resultados encontrados atentando-se para clivagens de sexo e renda domiciliar *per capita* são ainda mais interessantes.

O Gráfico 6 apresenta os índices de entropia segundo o sexo e a renda domiciliar *per capita* em 1970. Uma primeira característica que chama a atenção refere-se aos baixos índices de entropia dos jovens com menos de 15 anos de ambos os sexos pertencentes à camada de alta renda. A representação gráfica permite visualizar o quanto a experiência desses jovens se distancia daquela dos demais grupos, nos quais é muito mais freqüente encontrar jovens que já assumiram alguma responsabilidade, quer produtiva ou reprodutiva típica do mundo adulto. Entre os 13 e os 16 anos, no caso das garotas, e entre os 13 e os 15 anos, para os meninos de alta renda, o perfil predominante é o de estudante, fora da PEA e sem autonomia residencial. Em todos os estratos sociais as meninas aderem mais a este perfil do que os meninos do mesmo grupo social.

Assim como ocorria com os meninos das áreas rurais em 1970, para os quais o índice de entropia caía no final da adolescência, contrariando a tendência verificada para os outros subgrupos em análise naquele momento, o mesmo se observa para os garotos das camadas médias e de baixa renda. Enquanto as mulheres de todas as camadas sociais e os homens das faixas de alta renda se dispersam cada vez mais em diferentes combinações de *status* à medida que avançam para as idades finais da adolescência, os rapazes de 16 a 19 anos das camadas médias e baixa se concentram, em 1970, em uma mesma combinação de *status*: não estudam, estão inseridos na PEA, são solteiros e sem autonomia residencial. Ao adentrarem os 20 anos, o índice de entropia associado a eles segue a tendência de crescimento que já estava em ação entre os outros subgrupos, sendo o aumento da heterogeneidade gerado pelo movimento de alguns em direção à autonomia residencial e formação do par conjugal.

GRÁFICO 6
Índice de entropia, segundo sexo e estrato de renda domiciliar *per capita*
Brasil – 1970



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censo Demográfico 1970. Elaboração própria.

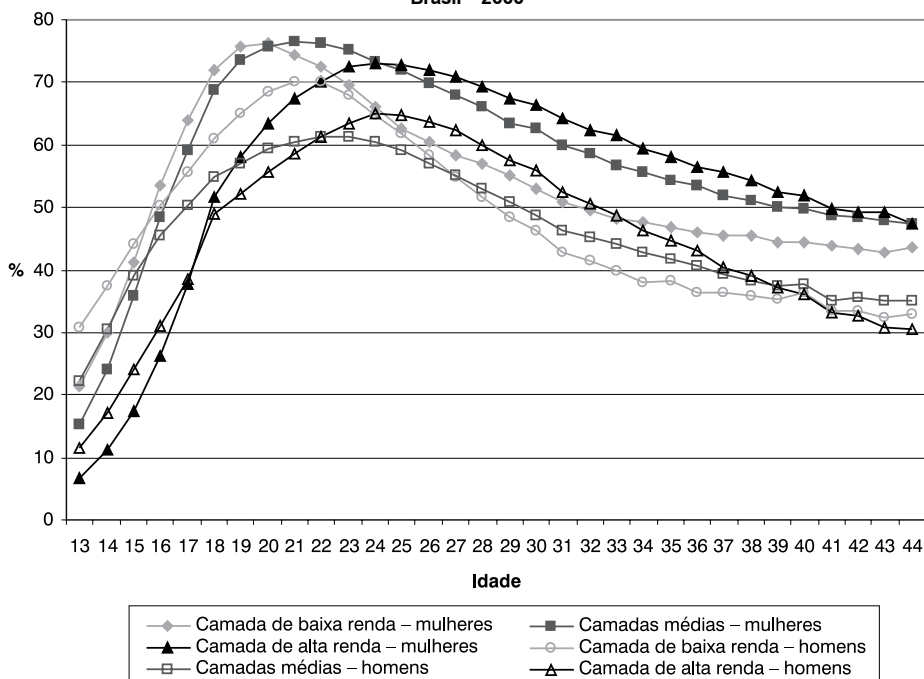
Avaliando-se o ápice da heterogeneidade intragrupo, ou seja, o momento em que as combinações de *status* são mais numerosas, um indicativo típico da transição para a vida adulta de uma coorte, constata-se que as mulheres das camadas médias são as que primeiro intensificam este processo de transição, com o auge ocorrendo, em 1970, aos 20 anos. Para as mulheres da camada de baixa renda, o ponto alto de mudança de *status* era aos 21 anos e, para aquelas da camada de alta renda, aos 23 anos. Entre os homens, essas idades são 23 anos, para os de média e baixa renda, e 24 anos, para aqueles de alta renda. Restringindo a transição para a vida adulta à mudança de *status*, atesta-se que, em 1970, as mulheres faziam a transição para a vida adulta em idades um pouco mais jovens do que seus pares do sexo masculino pertencentes ao mesmo estrato social. Por outro lado, os jovens de ambos os sexos da camada de alta renda desta coorte intensificam a mudança de *status* social em direção à

vida adulta ligeiramente mais velhos do que seus pares de outras camadas sociais.

Quanto mais pobre a mulher, maior era a chance de se enquadrar ao perfil de esposa/mãe/dona-de-casa. Aos 23 anos, mais de 50% das mulheres de baixa renda tinham este perfil; por isso a curva que as representa revela índices de entropia mais baixos do que as demais mulheres. Já os homens, nas imediações dos 30 anos, invariavelmente assumiam o papel de trabalhador-cônjuge-chefe de domicílio, apresentando, a partir de então, nas idades subseqüentes, índices de entropia sempre menores do que as mulheres da mesma camada social. O perfil dos grupos femininos se conserva sempre mais heterogêneo, mesmo após os 30 anos, especialmente em decorrência dos fatores inserção no mercado de trabalho e formação de família.

O Gráfico 7 traz os resultados obtidos para 2000 tomando como critério de segmentação populacional o sexo e a renda domiciliar *per capita*. Os padrões das curvas

GRÁFICO 7
Índice de entropia, segundo sexo e estrato de renda domiciliar *per capita*
Brasil – 2000



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

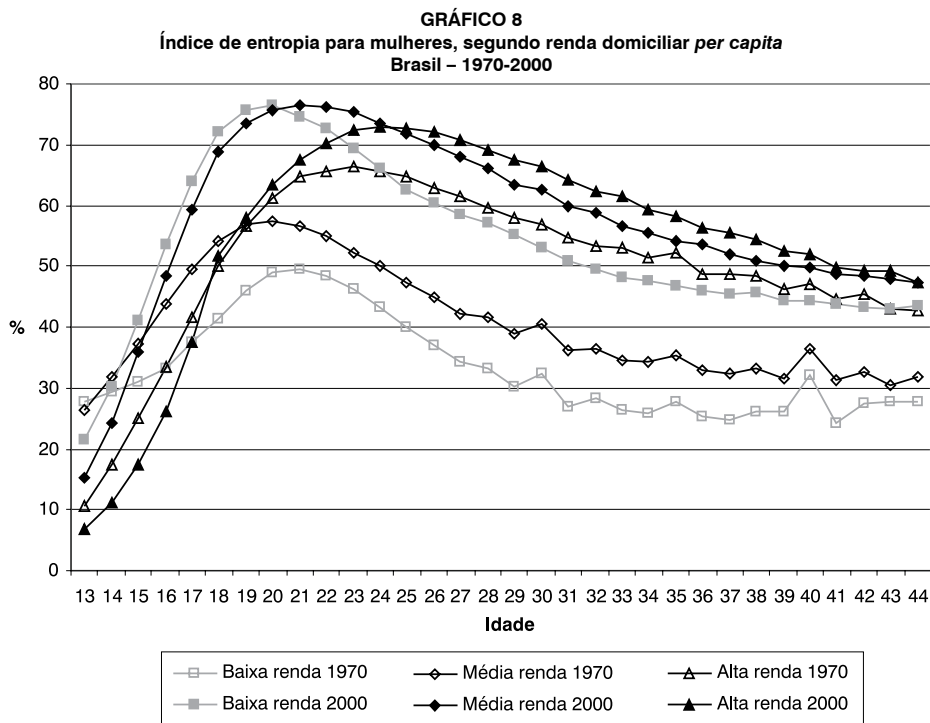
deste gráfico são mais semelhantes entre si do que em 1970. Para todos os grupos, cresce o percentual de jovens que são estudantes-dependentes (fora da PEA e sem autonomia residencial), mas a disparidade entre as camadas sociais persiste, com os jovens mais pobres tendo sempre que combinar uma ou duas atribuições, de ordem produtiva e/ou reprodutiva típicas de adulto, além das incumbências de estudante.

As meninas oriundas da camada de baixa renda fazem a transição para a vida adulta mais cedo e mais rapidamente do que os outros jovens. Mesmo não sendo o grupo que parte de patamares mais altos de entropia nas idades iniciais, é aquele que mais precocemente atinge o pico da transição de *status*: aos 20 anos. O auge da dispersão dos jovens por diferentes combinações de *status*, em 2000, se dá aos 21 anos para as mulheres das camadas médias e aos 24 para aquelas de alta renda domiciliar *per capita*, sinalizando, portanto,

que a transição para a vida ocorre mais tardiamente nestes grupos.

Vale destacar que, entre os subgrupos femininos, aquele composto por mulheres de baixa renda domiciliar *per capita* é o único que teve, em 2000, o auge da transição para a vida adulta antecipado em um ano, passando de 21 anos em 1970 para 20 anos em 2000. Nos outros dois subgrupos ocorreu o oposto, isto é, o adiamento em um ano (deve-se atentar para os pontos máximos de cada curva do Gráfico 8).

Observando o Gráfico 8, merece atenção o fato de que, ao se compararem os cursos de vida dos subgrupos femininos de 1970 e 2000, representados pelas respectivas curvas, percebe-se que as maiores mudanças ocorreram nas camadas médias e de baixa renda. Grosso modo, em 2000, dos 25 anos em diante, há uma tendência mais forte de convergência do comportamento das curvas, sendo grande a dispersão de mulheres em diferentes combinações de *status*



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censos Demográficos 1970 e 2000. Elaboração própria.

em todos os subgrupos. Isso comprova que, em 2000, muitas outras possibilidades de combinações de *status* alternativas àquela de mãe/esposa/dona-de-casa estão abertas às mulheres de todas as camadas sociais. Em outras palavras, aumentou a variabilidade de perfis que descrevem as mulheres passados esses 30 anos que separam os dois levantamentos censitários em estudo. Contudo, entre os 13 e os 24 anos, é visível que o momento e o ritmo da transição estão associados à renda domiciliar *per capita* do indivíduo.

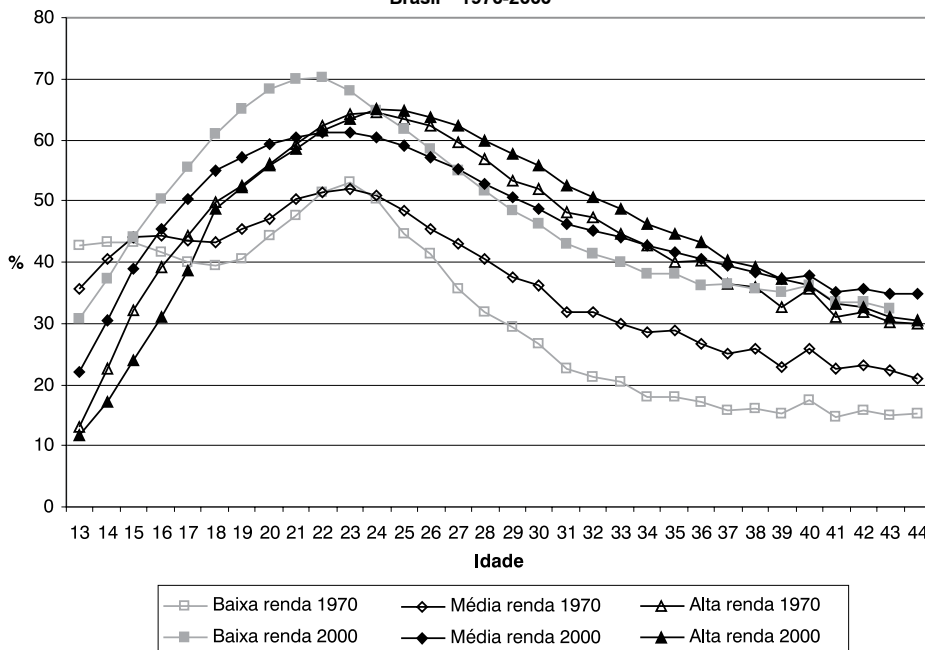
Se entre as moças de baixa renda a transição para a vida adulta ocorre mais cedo e se processa mais rapidamente (a curva atinge um auge e depois declina de modo mais drástico que entre outros subgrupos), para os rapazes do mesmo estrato social a situação não é muito diferente, conforme se pode visualizar no Gráfico 9. Também entre eles o ápice do processo de transição foi antecipado em um ano: passou de 23

anos, em 1970, para 22 anos, em 2000. Para os outros dois subgrupos masculinos praticamente não houve mudança quanto à idade em que se alcança a maior heterogeneidade de *status*, apesar de ter havido uma mudança de nível, sendo o grau de heterogeneidade de combinações de *status* maior em 2000.

Também como ocorre entre as mulheres, em 2000, conforme se avança em idades próximas ou superiores a 30 anos, há certa convergência no grau de heterogeneidade de combinações de *status* de todos os subgrupos, sendo o grande diferencial observado para as idades mais jovens, especialmente de 13 a 24 anos.

Uma vez que as discussões sobre desigualdade de renda têm sido ultimamente contrabalançadas pelos debates em torno de diferenças raciais, muitas vezes emergindo o questionamento se políticas sociais devem se pautar em critérios sociais, ou de cor/raça, decidiu-se, apenas a título de curio-

GRÁFICO 9
Índice de entropia para homens, segundo renda domiciliar per capita
Brasil – 1970-2000



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International, 2002. Censos Demográficos 1970 e 2000. Elaboração própria.

sidade exploratória, utilizar o mesmo instrumental metodológico da análise de entropia de coortes sintéticas para medir eventuais discrepâncias entre uma parte significativa do curso de vida e da transição para a vida adulta de brasileiros brancos e negros.⁶ Os resultados estão sintetizados no Gráfico 10. Vale lembrar que aproximadamente 54% da população brasileira se autodeclarou branca no censo de 2000, enquanto cerca de 44,5% se identificou como negra.

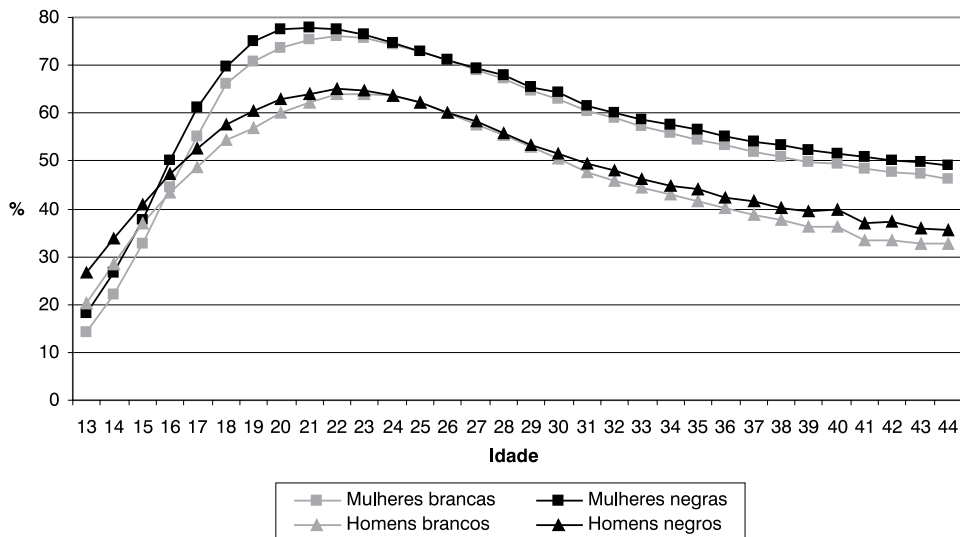
Conforme se pode observar no gráfico, as diferenças no momento e ritmo da transição para a vida adulta com base no critério cor/raça são menos gritantes do que aquelas captadas quando se consideram a renda domiciliar *per capita* e a situação de domicílio. Fica claro, por exemplo, que o viés

de sexo/gênero pesa mais do que o de cor/raça na produção de diferenciais de momento e ritmo no processo de transição para a vida adulta. Basta notar que, à primeira vista, o que mais se destaca é certa similaridade entre as curvas referentes a mulheres brancas e negras, o mesmo sendo observado para homens brancos e negros.

Contudo, apesar de as diferenças entre brancos e negros serem menos evidentes do que eram aquelas entre as camadas sociais e áreas urbanas e rurais, há ao menos duas informações neste gráfico que merecem ser enunciadas. A primeira é a de que, por volta dos 23 a 29 anos, os índices de entropia para mulheres brancas são praticamente iguais aos encontrados para mulheres negras. Porém, em todas as demais idades consi-

⁶ Foram consideradas negras as pessoas que se declararam como pretas e pardas no Censo Demográfico de 2000. Indivíduos que compunham as categorias indígena e amarela, embora tenham sido computados quando as clivagens em análise foram a situação de domicílio e a renda domiciliar *per capita*, foram excluídos nesta etapa em que o viés foi estritamente a cor/raça. A decisão de excluí-los foi tomada levando-se em conta que são grupos numericamente muito menores em comparação com o de brancos e negros. Além disso, possuem características que lhes são muito peculiares, o que torna de certo modo não recomendável incorporá-los a quaisquer dos outros dois grupos.

GRÁFICO 10
Índice de entropia, segundo sexo e cor
Brasil – 2000



Fonte: IPUMS – Integrated Public Use Microdata Series-International 2002. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

deradas, os índices de entropia calculados para as mulheres negras superam os das brancas. Isto é, ao longo do curso de vida das mulheres negras, há um número maior de combinações de *status* possíveis que se realizam empiricamente, se comparado à realidade vivida pelas mulheres brancas. Pode-se dizer, portanto, que, considerando as múltiplas possibilidades de *status* (de trabalhador ou estudante, autonomia residencial, experiência de estabelecimento de união conjugal e de ter ou não filhos), o grupo composto por mulheres negras é mais heterogêneo do que o de brancas. As mesmas constatações são válidas quando se comparam as curvas referentes aos homens negros e brancos.

A segunda informação revelada pelo Gráfico 10 é talvez mais importante do que a primeira. Percebe-se que as diferenças entre o curso de vida de brancos e negros, no que tange a combinação de *status*, são maiores nas idades mais jovens. Aos 13-14 anos, quando a frequência à escola ainda é obrigatória, é mais comum meninas brancas se enquadrarem no perfil de estudante-dependente-fora da PEA do que as negras. Entre os meninos desta faixa etária, esta mesma combinação de *status* de quem

não assumiu nenhum papel típico de adulto também é mais frequente entre brancos do que negros.

Dos 13 aos 22 anos, o índice de entropia é mais alto entre os jovens negros do que os brancos, justamente porque assumem incumbências de adulto mais cedo, o que faz com que entre eles possam ser encontradas combinações de *status* (relativas ao *status* de trabalhador, *status* residencial ou familiar) inexistentes, ou muito menos frequentes entre brancos.

As idades em que se verifica maior dispersão de indivíduos por diferentes combinações de *status*, marcando o ponto alto de múltiplas transformações de *status* que estão sendo vivenciadas pela coorte, são: 20-21 anos para as mulheres negras (quando se atinge cerca de 77% da entropia máxima); 22-23 anos para as mulheres brancas (aproximadamente 76% da entropia máxima); 22-23 anos para os homens negros (em torno de 65% da entropia máxima); e 22-24 anos para os homens brancos (cerca de 64% da entropia máxima). Isso reforça o argumento de que os jovens negros, enquanto grupo, tendem a ingressar na vida adulta mais cedo do que seus pares brancos do mesmo sexo.

Conclusões

A partir dos resultados da análise de entropia de combinações de *status* de coortes sintéticas, torna-se patente que o curso de vida tornou-se mais complexo em 2000 se comparado a 1970. No raiar do século XXI, a combinação de *status* tradicional de adulto (indivíduo que encerrou a fase de escolarização, inseriu-se no mercado de trabalho, constituiu domicílio independente e formou família) divide espaço com outras tantas variações por muito mais tempo, dado que os índices de entropia para 2000 se mantêm em patamares superiores aos de 1970 em todos os subgrupos populacionais nas idades ao redor dos 20 anos e mais.

O aumento da frequência escolar e a diminuição do trabalho em idades inferiores aos 15 anos também são perceptíveis pela tendência de queda do índice de entropia para essas idades iniciais em todos os subgrupos, neste intervalo de 30 anos entre os dois censos considerados. Entretanto, persistem grandes desigualdades quanto a esse aspecto, especialmente no que diz respeito aos subgrupos segmentados por renda domiciliar *per capita* e situação de domicílio, sendo mais comum a oportunidade de se dedicar exclusivamente aos estudos aos jovens de estratos de maior renda e àqueles residentes em áreas urbanas. Em

menor grau também se observa que, nas primeiras idades, pessoas brancas, mais do que as negras, e as mulheres, mais do que os homens, enquadram-se no perfil de estudante-fora da PEA.

O ápice do processo de transição ocorre em idades diferentes, segundo renda, cor, sexo e situação de domicílio. Contudo, apesar dessas diferenças, as idades em que a coorte atinge o máximo de dispersão por diferentes combinações de *status*, captando-se um movimento de mudança de *status* no interior da coorte, são idades mais jovens do que aquelas que se têm observado em países desenvolvidos (FUSSELL; EVANS; GAUTHIER, 2006). Enquanto no Brasil as idades em que há mais numerosas mudanças de *status* atingem um clímax na faixa de 20-24 anos no máximo, naqueles países a tendência é que isso ocorra um pouco mais tarde, ou que se mantenham patamares semelhantes de índices de entropia para as faixas 20-24 e 25-30 anos.

Em todo caso, o curso de vida tem se tornado menos previsível, uma vez que há maiores combinações de *status* que de fato se realizam empiricamente, e que estão abertas igualmente a um amplo leque etário. Isso dá a impressão de que em parte se materializa aquela “desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário” de que falava Debert (1999).

Referências bibliográficas

ARRUDA, M. R. **Prolongamento da juventude: opção ou falta de opção?** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Ence, 2004.

BILLARI, F. The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood. **Journal of Population Research**, vol. 18, Issue 2, p. 119-142, 2001.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

COVOLAN, S. C. T. **O conceito de entropia num curso destinado ao Ensino Médio a partir de concepções prévias dos estu-**

dantes e da História da Ciência. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2004.

DEBERT, G. G. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, n.42, jun./ago. 1999.

DEDECCA, C. S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos.** Campinas: Unicamp, 1998, p. 95-111.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, n.29, mar. 1991.

FUSSELL, E. Structuring the transition to adulthood: an entropy analysis of the early life course in the United States, 1880 to 2000. **Meeting PAA 2006**, 2006. Disponível em: <<http://paa2006.princeton.edu/download.aspx?submissionId=60160>>.

FUSSELL, E.; EVANS, A; GAUTHIER, A. The transition to adulthood in three liberal welfare regimes: Australia, Canada and the U.S., 1970-2000. **Workshop. Becoming an Adult: an International Perspective on the Transitions to Adulthood**, Panel on Transitions to Adulthood in Developed Countries (IUSSP). Montreal, 15-17 June 2006.

HAREVEN, T. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. **Cadernos Pagu**. Gênero em Gerações, (13), 1999.

MADEIRA, F. R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, (58), ago. 1986.

_____. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

MELLO, J. L. **Transição para a vida adulta**: os jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Ence, 2005.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, n.5-6, maio./dez. 1997.

MOTTA, A. B. Gênero, família e fases do ciclo de vida. **Caderno CRH – Gênero e Família**, 29, jul./dez. 1998.

NOVAES, R.C.R.; CARA, D.T.; SILVA, D. M.; PAPA, F.C. (Orgs.). **Política nacional de juventude**: diretrizes e perspectivas. Conselho Nacional de Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n.5-6, maio./dez. 1997.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

SETTERSTEN Jr., R.; FURSTENBERG, F.; RUMBAUT, R. G. **On the frontier of adulthood**: theory, research, and public policy. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2005.

SHANAHAN, M.J. Pathway to adulthood in changing societies: variability and mechanisms in life course perspective. **Annual Review of Sociology**, v.26, p.667-692, 2000.

SOBEK, M.; RUGGLES, R.; McCAA et al. **Integrated public use microdata series-international**: preliminary version 1.0. Minneapolis: Minnesota Population Center, University of Minnesota, 2002.

THEIL, H. **Statistical decomposition analysis**: with applications in the social and administrative sciences. Amsterdam/London: North-Holland Publishing Company, 1972.

Resumen

Transición a la vida adulta en Brasil: Análisis comparado entre 1970 y 2000

La transición a la vida adulta es un momento clave del curso de vida de los sujetos. Es una fase marcada por importantes cambios de status, como el pasaje de estudiante a trabajador, de miembro dependiente de una familia a jefe de familia, de soltero a persona en unión, de hijo(a) a padre o madre. A partir de la aplicación de una metodología nueva, que mide cambios en la estructura del curso de vida, desarrollada por investigadores asociados a IUSSP, se comparó la transición a la vida adulta en Brasil en dos momentos, 1970 y 2000,

según los ingresos domiciliarios per cápita, la situación de familia y el sexo de los individuos. En síntesis, la técnica – conocida como análisis de entropía de combinaciones de status de cohortes sintéticas – consiste en construir índices que combinan la proporción de personas de determinada edad que frecuentan la escuela, trabajan y formaron familia, o no. A partir de los resultados es posible identificar cuando la transición a la vida adulta comienza y termina, así como cuando alcanza un pico. El recurso gráfico permite visualizar que, partiendo de edades más próximas a la infancia (cuando la mayoría de las personas se encuentran en una combinación de status muy característica: estudiante, no trabaja, es miembro dependiente de la familia, sin experiencia conyugal y sin hijos), en dirección a la adolescencia/juventud, en algún punto el índice de entropía aumenta significativamente, lo que evidencia cambio de status, señalizando el inicio del pasaje a la vida adulta. Lo que se explora en este texto son las desigualdades en los marcos temporales y en la extensión de la transición a la vida adulta de jóvenes de diferentes estratos de ingresos, según el sexo.

Palabras-clave: Juventud. Transición. Ingreso familiar per cápita. Género. Color. Situación de familia.

Abstract

Transition to adult life in Brazil: comparative analysis between 1970 and 2000

The transition to adult life is a key phase in young person's life. It is a phase marked by important changes in status, such as the passage from student to worker, from dependent member of a household to the head of a family, from single to married person and from child to parent. By applying a new methodology which measures changes in the structure of a person's life course, developed by researchers associated with IUSSP, the transition to adult life in Brazil in two different periods, 1970 and 2000, was compared. The subjects were classified according to per capita household income, household situation and gender. In synthesis, the technique - known as analysis of entropy of status combinations of synthetic cohorts - consists of constructing indexes that combine the proportion of persons of a given age who attend school, have a job, and have or have not set up a family. Based on the findings, it is possible to identify when the transition to adult life begins and ends, and when it reaches a peak. The graphic resource makes it possible to visualize that, starting from the ages closest to childhood (when most people are located in a very characteristic status combination: student, does not work, is dependent on the household, without conjugal experience and without children), toward adolescence/youth, at some point the entropy index increases significantly. This represents a change in status and is an indication of the beginning of the passage to adult life. This article explores the inequalities in temporal milestones and in the length of the transition to adult life of young people of different income levels, according to gender.

Keywords: Youth. Transition. Per capita household income. Gender. Color. Household situation

Recebido para publicação em 06/03/2007.

Aceito para publicação em 20/05/2008.